



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

**REQUERIMENTO Nº _____, de 2015
(Do Sr. Fernando Francischini)**

Requer que esta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle convide o Excelentíssimo Senhor Ministro do Tribunal de Contas da União Raimundo Carreiro, relator do processo que investigará as “pedaladas fiscais” do governo Dilma Rosseff em 2015, para que informe a esta Comissão os fatos apurados até o momento que comprovam a continuidade das irregularidades perpetradas pelo Governo Federal.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos constitucionais e regimentais, que esta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle convide o Excelentíssimo Senhor Ministro do Tribunal de Contas da União Raimundo Carreiro, relator do processo que investigará as “pedaladas fiscais” do governo Dilma Rosseff em 2015, para que informe a esta Comissão os fatos apurados até o momento que comprovam a continuidade das irregularidades perpetradas pelo Governo Federal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

JUSTIFICAÇÃO

O Ministro Raimundo Carreiro, que será o relator de processo no Tribunal de Contas da União (TCU) que investigará as "pedaladas fiscais" do governo Dilma Rousseff em 2015, determinou na quarta-feira, 14, que a área técnica da corte faça inspeção no Tesouro Nacional, no Banco Central e no Ministério das Cidades, além de três instituições financeiras controladas pela União (Caixa, BNDES e Banco do Brasil), para confirmar a repetição das irregularidades.

A nova auditoria atende a um pedido do Ministério Público de Contas (MPC), que confirmou a prática das "pedaladas" no primeiro semestre de 2015, após reportagem publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo. Essas manobras, que levaram o TCU a dar parecer pela reprovação das contas do governo em 2014, consistem em atrasar repasses do Tesouro aos bancos públicos para que eles paguem despesas de programas sociais obrigatórios.

O tribunal entende que, ao fazer esses pagamentos com recursos próprios, as instituições concedem empréstimos irregulares ao governo, seu ente controlador, o que é vedado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Conforme o MPC, o governo já "pedalou" em seis meses, este ano, o equivalente a R\$ 40 bilhões, mais que durante 2014 inteiro.

Num duro despacho, Carreiro sustenta que o governo estaria repetindo ilegalidades. **"Verifica-se que continuam a ser praticados pela União no presente exercício financeiro atos de mesma natureza daqueles já examinados e reprovados (pelo TCU), ou seja, operações de crédito vedadas pela LRF"**, escreveu.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Na decisão, o ministro alega que o governo age com "imprudência" ao manter as manobras apenas se fiando na possibilidade de o TCU, eventualmente, acolher recurso contra a condenação em processo que considerou as "pedaladas" irregulares. "O gestor prudente, ante tão clara e categórica indicação da ilegalidade de uma conduta pela corte de contas, deve promover de imediato todas as medidas a seu alcance para restauração da legalidade no âmbito da administração, para o exato cumprimento da lei", criticou.

Carreiro argumenta que o governo estaria autorizando gestores a cometer ilegalidades até a apreciação final de um processo no qual já houve condenação, o que, no seu entendimento, é um "absurdo".

O TCU vai analisar, além das "pedaladas" de 2015, se o Banco Central está registrando créditos da Caixa com a União no cálculo do resultado fiscal e do endividamento público.

Dessa forma, a vinda do Ministro do Tribunal de Contas da União Raimundo Carreiro será de fundamental importância para que esclareça a esta Comissão como está a apuração desses fatos escandalosos para a democracia brasileira

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 2015.

Dep. Fernando Francischini
Solidariedade/PR